



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA - SAR**

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL- CEDERURAL**

**ATA DE REUNIÃO EXTERNA DA CÂMARA SETORIAL DE MARICULTURA COM CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR –CCO**

No dia 9 de março de 2017, o Presidente da Câmara Setorial de Maricultura, Sr. Leonardo Cabral da Costa e o Secretário da Câmara Setorial, Dr. Felipe Matarazzo Suplicy se reuniram na sede do Ministério Público de Santa Catarina (MP) com a Dra. Greícia Malheiros da Rosa Souza, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor –CCO, Sr. Roberto Mattos Abrahão, Assessor Jurídico do CCO e Sr. Thiago Dal Sasso dos Reis, Analista do MP. Esta reunião foi realizada para tratar do acesso dos maricultores de Florianópolis ao Sistema de Inspeção Municipal – SIM, como um dos encaminhamentos da reunião da Câmara Setorial de Maricultura realizada em 26 de outubro de 2016.

O Dr. Felipe M. Suplicy relatou brevemente aos representantes do MP sobre as atividades em execução no âmbito da Câmara Setorial de Maricultura, em particular o processo de discussão da minuta de Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável da Maricultura Catarinense, com uma série de ações e medidas para impulsionar o desenvolvimento desta atividade econômica em Santa Catarina. Uma das metas econômicas do Plano Estratégico é assegurar que todos os municípios produtores de moluscos disponha do SIM, de forma a permitir que os maricultores, organizados ou individualmente, possam acessar este serviço e ofertar seus produtos em uma cadeia produtiva inspecionada e fiscalizada. Florianópolis, como capital nacional da ostra, e que já possui a Lei Complementar Municipal n. 555 desde 16 de abril de 2016, instituindo o SIM, ainda não disponibilizou este serviço à população por falta de contratação ou remanejamento interno de profissionais da área de saúde para permitir a operacionalização do serviço de inspeção.

A Dra. Greícia M. R. Souza informou que o MP já havia enviado, em 22 de fevereiro de 2017, ofício ao Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis solicitando esclarecimentos sobre a precariedade do serviço de inspeção de produtos de origem animal na capital do estado, mas que até aquele momento, ainda não havia recebido uma resposta. A Dra. Greícia resgatou a informação de que já houve um grupo de trabalho para tratar deste assunto, constituído por representantes do MP, da Prefeitura Municipal, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Superintendência Estadual do Patrimônio da União – SPU, Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIE, da CIDASC e da EPAGRI, mas que no entanto este grupo não conseguiu avançar nos trabalhos por falta de vontade política da gestão municipal anterior. Informou ainda que o MP vem trabalhando com esta questão da inspeção de pescados e moluscos há seis anos, com diversas ações coordenadas de fiscalização juntamente com a Vigilância Sanitária Estadual e a CIDASC, e que estas ações deverão continuar e serem intensificadas em 2017, e que por isto é de fundamental importância que a gestão atual do governo municipal equacione este problema e disponibilize este serviço para produtores e comerciantes.

O Dr. Felipe M. Suplicy informou ao MP sobre o programa de rastreabilidade de moluscos, que foi desenvolvido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA com recursos das Organização

das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO/ONU, no ano de 2009, com o objetivo de auxiliar o controle do comércio legal e a certificação de origem dos moluscos provenientes da maricultura. O software já foi testado com usuários em Santa Catarina em 2010 e em 2016 foi gentilmente cedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para o Governo de Santa Catarina. A rastreabilidade de moluscos é um aspecto central do Plano Estratégico Para o Desenvolvimento Sustentável da Maricultura Catarinense, coordenado pela Câmara Setorial da Maricultura do CD-Rural, com o objetivo de posicionar a maricultura entre os principais produtos do agronegócio catarinense dentro de dez anos. O software está sendo enviado oficialmente pelo Secretário Estadual de Agricultura e Pesca, Sr. Moacir Sopelsa, ao Vice-Presidente da Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC, Sr. Ramicés dos Santos Silva, para que esta instituição avalie a possibilidade de prestar serviços de TI ao programa de rastreabilidade. O programa deverá ser executado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, em consonância com o Programa Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves – PECMB e seu contínuo monitoramento bacteriológico e toxicológico das áreas de cultivo.

Como encaminhamentos, ficou acordado que o MP convocaria uma reunião ainda no mês de março de 2017, com representantes da Prefeitura de Florianópolis, IPHAN, IPUF, SPU, CIDASC, EPAGRI e Câmara Setorial da Maricultura, com o objetivo de reativar o grupo de trabalho para solucionar o problema da falta de inspeção municipal de produtos de origem animal em Florianópolis.

Sem mais a acrescentar,

Felipe Matarazzo Suplicy  
Secretário da Câmara Setorial de Maricultura